



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIA

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº _____ DE 2013

(Do Senhor Deputado Zequinha Marinho)

Solicita realização de Audiência Pública a para debater a situação vivida pelos moradores da área atingida pelo Projeto Belo Monte no município de Vitoria do Xingu Estado do Pará, quando as indenizações de propriedades e outros direitos.

Nos termos dos artigos 24, inciso III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública para ouvirmos, na forma do artigo 256 do citado Regimento, Relações Institucionais da Empresa Norte de Energia, Sr. Paulo de França Júnior, representante dos atingidos e a Diretora de Relações Institucionais da Empresa Norte de Energia, Sra Clarice Coppeti, quanto ao pagamento de indenização de suas propriedades e outros direitos da população.

JUSTIFICAÇÃO

Os moradores dos municípios impactados pela construção da Usina de Belo Monte aponta um descompasso entre as obras da Usina e a

implementação das medidas compensatórias que deveriam estar sendo executadas pela empresa responsável pela construção da hidrelétrica.

Ao todo são 23 medidas compensatórias apresentadas no documento que autoriza o início das obras do empreendimento, que tem capacidade instalada de 11.233MW. Estas condicionantes, por lei, devem compensar os danos ambientais e sociais causados pela construção da usina.

Documento publicado pelo Ibama aponta que o descompasso entre o ritmo das obras e o cumprimento das “condicionantes”, que incluem um total de 23 exigências sociais e ambientais, pode atrasar a emissão da licença de operação da hidrelétrica.

Diz o texto: “Como resultado da análise dos relatórios e outros documentos encaminhados pela Norte Energia, da participação em seminários técnicos, bem como do observado nas diversas vistorias realizadas pelo Ibama, fica claro o descompasso entre as obras de construção da UHE Belo Monte e a implementação das medidas mitigadoras e compensatórias, fato agravado pelas contínuas mudanças na gestão da Norte Energia.

Entre as condicionantes cujo cumprimento deixa a desejar, destaca-se, por exemplo, a exigência de implantação integral de equipamentos de saúde e educação e saneamento básico na região,

conforme prazos e especificações assumidos, junto às prefeituras municipais.

Os moradores de Vitoria do Xingu estão vivendo esse drama até o momento não foram indenizados pela terra e nem pelas benfeitorias e que não sabem o que fazer doravante com suas vidas.

O parecer também aponta falha nas indenizações das famílias que foram desapropriadas das áreas onde estão sendo instalados os canteiros de obras.

As últimas indenizações pagas pelo pé de cacau, principal lavoura da região, foram subestimadas entre 52% e 70% do valor pago nas primeiras indenizações. Nesse sentido, solicito apoio dos nobres colegas para a aprovação desse requerimento.

Sala da Comissão, de novembro de 2013.

Deputado Zequinha Marinho